

COMPROMISSO COM A RACIONALIDADE ECONÔMICA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Jornal da Tarde, 03.10.1984

A retomada do crescimento através da baixa da taxa de juros e do aumento dos investimentos públicos, e o equilíbrio financeiro do Estado através do aumento do imposto de renda sobre a pessoa física são as medidas de política econômica mais urgentes a serem tomadas pelo futuro governo Tancredo Neves.

Como a retomada do crescimento, via baixa da taxa de juros e aumento dos investimentos públicos e privados, é incompatível com a política de ajustamento ditada pelo Fundo Monetário Internacional, pressupõe-se que essa política de ajustamento terá que ser abandonada. Este abandono justifica-se não apenas porque se deseja a retomada do crescimento, mas principalmente porque com um superávit comercial de 11 bilhões de dólares em 1984 a economia brasileira já pode ser considerada ajustada. O pequeno déficit em conta corrente não indica que o país esteja gastando mais do que produz, já que os juros referem-se a dívidas passadas. Da mesma forma a inflação superior a 200 por cento não indica que o país esteja vivendo acima de seus meios, já que não se trata de inflação de demanda, mas de inflação autônoma mantida nesse nível por força da indexação formal e informal da economia. Ao contrário do que o FMI afirma, portanto, o Brasil já ajustou sua economia e agora pode e deve usar de sua soberania para definir em termos responsáveis sua própria política econômica.

A baixa da taxa de juros, que viabiliza a retomada dos investimentos privados, deverá ser obtida através de três medidas: (1) o aumento da oferta monetária; (2) um menor recurso à venda de títulos públicos para cobrir o déficit público; e (3) a aplicação de um redutor de cerca de 10 por cento na correção monetária, de forma a baixar os custos de captação das instituições financeiras.

O aumento do investimento público deverá orientar-se prioritária, mas não exclusivamente para os serviços públicos e para o subsídio à habitação popular. São obras altamente absorvedoras de mão-de-obra e com baixo coeficiente de importação, além de constituírem-se em salários indiretos.

O financiamento desses investimentos deverá ser realizado através do aumento do imposto de renda sobre pessoa física, com a eliminação de todos os incentivos fiscais, a taxação mais rigorosa de ganhos de capital e o aumento de alíquota sobre os rendimentos mais elevados. A carga tributária no Brasil é muito baixa quando comparada com a dos demais países e comporta aumento.

O combate à inflação se processará através (1) da imposição de redutor sobre a indexação de ativos financeiros, salários e aluguéis; (2) da correção cambial pelo índice de preços de produtos industrializados menos a inflação externa; e (3) do controle de preços dos setores oligopolistas. Com isso se procurará quebrar o fator mantenedor da inflação. Novas medidas de “inflação corretiva” deverão ser rigorosamente evitadas. A redução do déficit público deverá acompanhar a redução da inflação, já que o déficit público assim como o aumento nominal da oferta monetária (atualmente cerca de 100 pontos percentuais abaixo do IGP) são muito mais conseqüências do que causa da inflação.

A redistribuição da renda não deverá ser feita através do aumento de salários reais dado o caráter inflacionário desse tipo de política, mas através da redução dos juros, da elevação da carga tributária sobre os mais ricos, e pelo re-direcionamento da despesa pública em favor dos mais pobres.

A política econômica aqui proposta parte de uma série de pressupostos sobre o caráter do desajustamento e do recente ajustamento externo da economia brasileira, da natureza da inflação, da importância dos investimentos para a retomada do crescimento, do padrão de concentração de renda existente no país e da avaliação da carga tributária brasileira.

A lógica interna da proposta terá, naturalmente, que ser testada na prática. Medidas urgentes deverão ser tomadas logo no início do governo, para aproveitar o apoio popular. Mas em seguida será necessário, através de um processo de tentativa e erro, de consulta e de decisão, manter o barco no rumo certo. E será preciso, em certos momentos, ter a

coragem de tomar medidas impopulares. Porque é preciso lembrar que os graus de liberdade com que joga o administrador de política econômica são muitos pequenos, que a lei do valor ou dos mercados estabelece limites estreitos à sua ação, e que seu compromisso com a sociedade, com seus objetivos e valores, deve ser sempre temperado com um outro compromisso: o compromisso com a racionalidade econômica. (Jornal da Tarde, 03/10)